



ATA DE REUNIÃO

CONSELHO DE ENSINO PARA GRADUADOS
ATA DA REUNIÃO DO DIA VINTE E SETE DE JUNHO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO

Ao vigésimo sétimo dia do mês de junho de dois mil e vinte e cinco, às 9h35, o Conselho de Ensino para Graduados reuniu-se em Sessão Ordinária, por videoconferência, sob a presidência do Professor João Ramos Torres de Mello Neto. Estavam presentes à Sessão, a Superintendente Acadêmica de Pós- Graduação, Fernanda Carvalho de Queiroz Mello, a Superintendente Administrativa, Marília Moraes Lopes; **os Conselheiros representantes do Centro de Ciências Matemática e da Natureza (CCMN):** Monica Ferreira Moreira Carvalho Cardoso, Hélio Jaques Rocha Pinta, Elis Cristina Araujo Eleutherio e Adriana Santarosa Vivacqua; **os Conselheiros representantes do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE):** Marta dos Reis Castilho; **os Conselheiros representantes do Centro de Ciências da Saúde (CCS):** Claudia Pinto Figueiredo, Flavia Carvalho Alcantara Gomes e Tania Maria Ruffoni Ortiga; **o Conselheiro representante do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH):** Milton Nunes Campos; Cleber Dias da Costa Neto, **os Conselheiros representantes do Centro de Letras e Artes (CLA):** Rodrigo Cury Paraizo, Ivair Junior Reinaldim e Aleria Cavalcante Lage; **os Conselheiros representantes do Centro de Tecnologia (CT):** Julio Cesar Boscher Torres, Márcio de Almeida D'Agosto e Diego de Holanda Saboya Souza; **a Conselheira representante do Fórum de Ciência e Cultura (FCC):** Marina Bento Soares; Bárbara de Sá Haiad e Eliane Guedes **os Conselheiros representantes Discentes:** Natália Silva Trindade, Bruno Henrique Silva Costa de Pinho, Nalbert de Farias Araujo e Aline Barbosa Santiago; **o Conselheiro representante dos Técnicos Administrativos:** João Sérgio dos Santos Assis; **os Conselheiros representantes de Duque de Caxias (D.C):** Luisa Andrea Ketzer e Leonardo Maciel de Oliveira Pinto; **o Conselheiro representante de Macaé:** João Luiz Mendes Wanderley, Juliana Montani Raimundo, Nilcimar dos Santos Souza. **Registrou-se a ausência justificada os Conselheiros:** Antonio Jose Leal Costa (CCS). O Presidente registrou as boas-vindas ao Conselheiro Cleber Dias Costa Neto (CFCH), comunicando sua integração à Câmara de Acompanhamento e Avaliação de Cursos (CAAC). Submeteu à apreciação do Plenário a Ata da Sessão de 11 de abril de 2025, que foi aprovada com 1 abstenção. Feitas menções honrosas ao Prof. Antonio, passou-lhe a palavra para a exposição programada. **Ordem do Dia 1.1- Processos de Avaliação e Acompanhamento-Professor Antonio Gomes de Souza Filho.** O Prof. Antonio Gomes agradeceu o convite e saudou os presentes. Explicou que a fala resultaria de reflexões acumuladas na CAPES e de deliberações aprovadas no CTC, envolvendo cinquenta áreas de avaliação. Iniciou com retrospecto histórico da evolução do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG), destacando seu êxito decorrente de planejamento institucional. Lembrou que a primeira avaliação ocorreu em 1976 e que a CAPES catalisou fomento decisivo à consolidação do sistema. Recordou o Parecer Sucupira, no final da década de 1960, marco para a estruturação dos programas com foco na qualificação do corpo docente universitário. **1.1.1-Apontou a expressiva expansão do SNPG ao longo de meio século, de cerca de cinquenta programas para quase cinco mil, acompanhada de descentralização e capilarização territorial. Ressaltou medidas governamentais que favoreceram esse processo, como a destinação de trinta por cento dos fundos setoriais para regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste; a criação das Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs); a expansão das universidades**

federais e dos Institutos Federais; e o fortalecimento de universidades estaduais. Mencionou que tal movimento alterou a geografia da produção de conhecimento no Brasil, com efeitos diferenciados por unidade federativa.

1.1.2- Apresentou dados sobre desempenho da pesquisa brasileira entre 2019 e 2023, sublinhando a heterogeneidade regional e a necessidade de construir nova estratégia de expansão, calibrada por variáveis econômicas e sociais, inclusive o PIB. Assinalou que o debate sobre a expansão deve considerar a capacidade do sistema quanto a oferta, financiamento e sustentabilidade. Defendeu um modelo de indução estratégica que estimule a criação de novos programas articulados à sociedade e a reconfiguração dos existentes, inclusive por meio de fusões entre programas com sobreposições temáticas, a fim de otimizar a oferta e reduzir assimetrias.

1.1.3- Informou que o próximo edital de cursos novos (dimensão de “avaliação de entrada”) será orientado por agenda nacional de formação de recursos humanos, construída a partir de visitas da CAPES aos estados em 2023, com interlocução com FAPs, governos estaduais, setor industrial e instituições de ensino e pesquisa. Do esforço resultará relatório, previsto para o final do ano, que embasará edital com áreas induzidas, buscando mitigar assimetrias no SNPG.

1.1.4- Defendeu incremento de arranjos institucionais em rede e associações inter e intra-institucionais, salientando a importância de estratégias que integrem campi e núcleos sem, necessariamente, abrir novos PPGs. Incentivou parcerias entre instituições de diferentes setores para oferta descentralizada de turmas de mestrado e doutorado.

1.1.5- Ao tratar do aprimoramento avaliativo, o expositor apresentou dois princípios: a) a carga regulatória não deve desvirtuar as finalidades formativas dos programas; e b) a avaliação deve cotejar os programas à luz de suas vocações e estratégias, sob perspectiva multidimensional.

1.1.6- Sinalizou novas diretrizes publicadas pela CAPES: documento referencial do processo de avaliação, com princípios e diretrizes comuns; e modificações na Plataforma Sucupira, que passará a autopreencher dados a partir de integrações com sistemas de produção científica e registros de teses e dissertações. Explicitou o ciclo avaliativo, mencionando que o sistema se encontra no primeiro ano do quadriênio, simultaneamente concluindo a avaliação do ciclo anterior. Anunciou dois movimentos próximos: edital para escolha de novos coordenadores de área e realização de Fórum de Transição de Mandatos, com vistas à continuidade do que foi pactuado e aprovado no CTC, independentemente das mudanças de coordenação.

1.1.7- Detalhou a estrutura da ficha de avaliação, que mantém a divisão em insumos (caracterização do programa), produtos (formação e produção intelectual) e resultados (impacto). A ficha incorpora novidades: centralidade de autoavaliação e planejamento estratégico; atenção ao PDI institucional e às políticas afirmativas; e reequilíbrio na dimensão “produção e formação”, com ênfase na qualidade da formação e da produção discente, reservando item específico ao corpo docente. No eixo “impacto”, introduziu elementos para melhor captar interações com a sociedade: planejamento estratégico e autoavaliação; procedimentos de classificação de artigos; e avaliação de artigos de destaque (mantida).

1.1.8- Sobre a classificação de artigos, explicou três procedimentos: 1-classificação por indicadores bibliométricos do periódico (princípios do antigo Qualis preservados); 2-classificação que parte de indicadores bibliométricos do artigo e do periódico, com possibilidade de incorporar critérios qualitativos definidos por cada área, exigindo, como critério comum, credenciamento na SciELO; e 3- avaliação de destaques, olhando um conjunto reduzido de artigos para aferição qualitativa.

1.1.9- Esclareceu que os procedimentos 1 e 2 são apropriados para avaliação da produção total, enquanto o 3 se aplica à análise dos destaques. Apresentou questionamentos recorrentes da comunidade sobre a mudança do Qualis, comentando que a divulgação científica é etapa final do processo e não deveria orientar, de modo determinista, o percurso investigativo. Defendeu avaliação do artigo em si, acompanhando seu desempenho bibliométrico para superar a noção de “impacto presumido” derivado apenas do prestígio do periódico.

1.1.10- Resumo das mudanças: ampliação de procedimentos para correção de distorções; aferição de impacto em nível superior, valorizando evidências e casos transformadores; avanço da análise multidimensional (exemplos: políticas afirmativas e internacionalização); e redefinição de critérios de excelência. Atribuiu ao conceito de excelência um caráter multifacetado: para nota 7, requerer-se-ão diferenciais distribuídos em diversas dimensões (casos robustos de impacto, internacionalização, contribuição efetiva aos ODS, liderança em rede, interdisciplinaridade e boas práticas). Para nota 6, excelência em maioria das

dimensões, embora não necessariamente em todas. **1.1.11-**Apresentou a agenda 2026 da Diretoria de Avaliação: reconfiguração da oferta acadêmico versus profissional; revisão da interdisciplinaridade e das áreas de avaliação; incorporação de ciência da avaliação ao processo; e proposições de avaliação institucional. Ao concluir, agradeceu o convite. **1.1.12-** A Conselheira Aleria Lage agradeceu a apresentação e indagou sobre Dinter, Minter e bolsas PNPD; sobre uso da autoavaliação na avaliação quadrienal; e sobre ações afirmativas com inclusão do grupo LGBTQIAPN+, aventando diálogo com o Legislativo para amparo legal. **1.1.12.1-**O Prof. Antonio informou a instalação de comitê permanente na CAPES para políticas de equidade de gênero e interseccionalidades, com perspectiva de diálogo ampliado na comunidade e, futuramente, com o Legislativo. Destacou o papel indutor da avaliação para que os programas apresentem ações em inclusão e acessibilidade. Sobre autoavaliação, afirmou que o tema ganha centralidade como item cotejado, sem ainda substituir a avaliação externa, e que há espaço de evolução institucional. Quanto a Minter e Dinter, informou a existência do PCI, ampliado para além da instituição receptora; sobre pós-doutorado, relatou o lançamento do PIPD, com limitações orçamentárias. Mencionou recomposição parcial do orçamento da CAPES, ainda aquém do necessário, considerando as restrições atuais (incluindo a PEC e a dinâmica orçamentária no Legislativo). Registrou, por fim, que bolsas foram priorizadas para programas 6 e 7 e parte dos 5, visando corrigir assimetrias. **1.1.13-** A Conselheira Mônica Carvalho elogiou a exposição e registrou a impossibilidade de a UFRJ assumir financiamento de bolsas. Sugeriu considerar janela temporal adicional para citações, de modo a captar melhor a produção do discente que publica no final do quadriênio. Solicitou esclarecimento sobre “repetição de produtos” em casos de impacto. O Prof. Antonio explicou que casos de impacto agregam produtos e processos e podem incluir evidências de dois quadriênios anteriores, inclusive compartilhadas entre casos distintos. Reconheceu a pertinência de ampliar janelas temporais de citações futuramente, destacando que egressos contam no quadriênio seguinte e que o horizonte de impacto pode alcançar até doze anos (três quadriênios). **1.1.14-** O Conselheiro Nilcimar Souza indagou sobre risco de estímulo a periódicos predatórios diante do fim do Qualis periódico. **1.1.14.1-** O Prof. Antonio Gomes reiterou que permanece filtro metodológico sobre boas práticas dos periódicos, independentemente de classificação, e que artigos oriundos de periódicos que não atendam tais práticas serão glosados. Confirmou que os três procedimentos estão subordinados a esse filtro basilar, cuja definição se dá por parâmetros atualizados em cada ciclo, conduzidos pela Diretoria de Avaliação e aprovados no CTC. **1.1.15-** A Conselheira Cláudia Figueiredo manifestou apoio à ampliação de janela de avaliação de artigos e apontou a questão da recompensa aos programas em ambiente de escassez de bolsas e verbas, ante complexidade do ecossistema de financiamento (MEC, CNPq, FNDCT). Defendeu integração entre agências e valorização da produção com instrumentos que independam exclusivamente de recursos adicionais. **1.1.15.1-** O Prof. Antonio Gomes respondeu que a CAPES dispõe de ferramentas métricas (inclusive FWCI e recursos da Web of Science/OpenAlex) e tem estimulado a atualização de identificadores persistentes dos(as) pesquisadores(as) para análises em nível de programa. Relatou esforços de articulação com outras agências e reconheceu ajustes recentes na distribuição de bolsas para corrigir assimetrias, ainda que com efeitos pontuais adversos. Reiterou a importância do FNDCT e de pactuações com SBPC, ABC e ANDIFES. **1.1.16-**A Conselheira Marta Castilho trouxe reflexão sobre expansão universitária, especialização e cooperação interprogramas, sugerindo institucionalização de cotutela nacional. Expressou preocupação com oligopolização do mercado editorial, custos de publicação e a necessidade de fortalecer o ecossistema nacional (SciELO), sobretudo em áreas nas quais periódicos nacionais têm maior relevância. **1.1.16-** O Prof. Antonio Gomes valorizou o Portal de Periódicos da CAPES, indicou a necessidade de acordos transformativos sustentáveis, o fortalecimento da SciELO (inclusive com nacionalização e expansão de indexação) e o uso de bases abertas como OpenAlex para ampliar a cobertura de periódicos nacionais. Quanto à cotutela, afirmou que a avaliação reconhece interações e que, do ponto de vista normativo, há espaço para cooperações sem necessidade de indução adicional da CAPES, cabendo protagonismo às instituições. **1.1.17-** A Conselheira Natália Trindade registrou a importância de coordenações dominarem o sistema de acompanhamento e avaliação, assinalando que muitos desafios da pós-graduação decorrem de desconhecimento. Defendeu processos de autoavaliação

criteriosos como alavancas de ambientes acadêmicos saudáveis, mencionando intenção da APG de ofertar curso de formação sobre o tema. Enfatizou que o debate sobre “nota” deve considerar condições de trabalho e formação de pós-graduandos, docentes e técnicos, diante de denúncias de assédio e violências. Propôs reflexão sobre a fronteira entre acadêmico e profissional, apontando desvirtuamentos de finalidade em alguns contextos e a necessidade de pensar empregabilidade e contribuição ao desenvolvimento regional e nacional. **1.1.17.1-** O Prof. Antonio Gomes concordou com a centralidade do bem-estar acadêmico e reforçou a relevância da autoavaliação nesse eixo. **1.1.18-** A Conselheira Flávia Gomes questionou a sustentabilidade da multiplicação de PPGs e indagou sobre papel indutor da CAPES em fusões e sua articulação com a noção de nucleação. **1.1.18.1-** O Prof. Antonio Gomes informou que, embora não haja política indutora direta, fusões podem potencializar resultados e, conseqüentemente, avaliações. Sugeriu que a CAPES pode estudar proximidades temáticas e oferecer subsídios ao sistema, permanecendo a condução sob a autonomia institucional. Reafirmou a importância de redes interinstitucionais e de portaria recentemente atualizada sobre formas associativas. Encerrada a participação do expositor, o Presidente agradeceu a contribuição e passou ao próximo item. Passou-se à **1.2- Ataques e lawfare contra professores e pesquisadores- Professora Marie Santini ECO/UFRJ.** A Profa. Marie Santini agradeceu o convite, mencionando intenção de refletir coletivamente sobre possíveis cenários para o Brasil à luz das eleições de 2026, com base em experiências internacionais, e relatou o contexto de seu laboratório na ECO/UFRJ, o NetLab, que investiga desinformação e economia política da comunicação, incluindo regulação de plataformas digitais. Informou que, a partir de 2024, observou alinhamento de determinado grupo de parlamentares com big techs e descreveu episódios de lawfare contra o laboratório: multiplicidade de pedidos via LAI, requerimentos no Congresso dirigidos ao MEC por uma década de atividades, tentativas de abertura de processos no TCU (um negado e outro instaurado, posteriormente arquivado por unanimidade após parecer técnico favorável). Relatou impactos sobre estudantes, necessidade de destinar recursos a suporte jurídico e episódios de ataques em redes. **1.2.1-** Apresentou avaliação de risco para o ecossistema de pesquisa: possível ataque a fundações de apoio, com base em entendimento do TCU (2013) segundo o qual todo recurso que ingressa em fundação de apoio seria considerado público, submetendo-o às regras correlatas, o que abriria margem para travamento de fluxos financeiros, inclusive de projetos financiados majoritariamente por fontes privadas. Alertou que tal interpretação poderia paralisar pesquisas, dada a centralidade operacional das fundações. **1.2.2-** Indicou caminhos de resposta: articulação nacional com entidades científicas (p. ex., Academia Brasileira de Ciências) e instâncias de coordenação; diálogo com CGU e TCU para construção de entendimentos protetivos sobre financiamento à pesquisa em fundações de apoio; debate jurídico sobre alcance da LAI em face da confidencialidade de dados de pesquisa e da LGPD, resguardando dados sensíveis de estudantes e pesquisadores; e produção de tese interpretativa que balize respostas institucionais. Destacou a importância da rede pública de universidades no Brasil e da cooperação interinstitucional para proteção da pesquisa. Concluiu defendendo mobilização política e jurídica coordenada. **1.2.3-** O Presidente da Sessão agradeceu, manifestou solidariedade ao NetLab e indagou sobre caminhos de organização e proteção institucional. **1.2.3.1-** A professora sugeriu encaminhamentos: atuação conjunta de universidades e entidades científicas perante CGU e TCU em favor de entendimentos protetivos; revisão de procedimentos frente à LAI quando envolver dados de pesquisa; e articulação jurídico-política para resguardar o financiamento via fundações de apoio. **1.2.4-** A Conselheira Aleria Lage sugeriu a elaboração de carta dos pró-reitores à CGU; o Presidente anuiu e informou que levará o tema ao Fórum de Pró-Reitores das Universidades Federais. **1.2.5-** A Conselheira Natália Trindade manifestou solidariedade e propôs moção de apoio e defesa, reafirmando que ataques ao NetLab configuram ataques à universidade, especialmente às humanidades, com histórico de deslegitimação e desfinanciamento. Sugeriu envolver ANDIFES, FOPROP e demais setores correlatos, inclusive na reunião anual da SBPC, levando o tema ao centro do debate. **1.2.6-** A Conselheira Monica Cardoso apoiou as manifestações e recomendou instituir grupo de trabalho, com participação da Profa. Marie, para elaborar documento público orientador sobre proteção de dados de pesquisa e financiamento via fundações de apoio, a ser veiculado nas resoluções pertinentes. **1.2.7-** A Profa. Marie Santini aderiu à proposta. O

Presidente agradeceu, registrou que as sugestões foram acolhidas e que provavelmente será submetida à votação moção de apoio ao NetLab, bem como que serão encaminhadas as iniciativas correlatas. **1.2.8-** A professora agradeceu a oportunidade, sublinhando a necessidade de utilizar a autonomia universitária para proteção do ambiente acadêmico. Passou-se ao **Expediente. 2.1-** A Conselheira Natália Trindade comunicou o recebimento de carta de residentes do Instituto de Ginecologia e Obstetrícia, noticiando interrupção de alimentação e paralisação de internações e atividades de centro cirúrgico no Hospital Moncorvo Filho. Relatou que, até então, as atividades assistenciais estavam concentradas em residentes do terceiro ano e que a paralisação impacta diretamente a formação. Informou interlocuções com a Decania do CCS e com a direção do Instituto, com reunião agendada para a semana seguinte. Mencionou reunião recente com instituições hospitalares não incluídas no contrato EBSEH, dependentes do orçamento da UFRJ, sem retorno definitivo até o momento. Solicitou apoio do CEPG e da PR-2 na reunião, dada a relevância formativa. Comunicou, ainda, a realização do 3º Fórum de representantes discentes da APG, presencial, na Faculdade Nacional de Direito, com pauta voltada à assistência estudantil na pós-graduação, e participação da ANPG com informes sobre GT do MEC para regulamentação da lei do PNAES. Indicou que será tratado o processo de atualização da Resolução 02/2019, referente a políticas estudantis, pedindo ampla divulgação aos pós-graduandos. **2.2-** O Conselheiro Cleber Dias saudou o colegiado, apresentou-se como docente do Colégio de Aplicação e registrou a relevância histórica de representação docente do CAP no CEPG. Informou o desabamento do muro do CAP, resultando na paralisação das atividades de ensino e, por consequência, no agravamento de limitações às atividades de pesquisa e extensão, já dificultadas por restrições de espaço físico. Noticiou manifestação de discentes e docentes no CONSUNI em defesa de encaminhamentos para a unidade. Mencionou que, embora integre o PPG em Ensino de Matemática, sua representação no Conselho se dá pelo CFCH, destacando que muitos docentes do CAP desenvolvem pesquisas e estruturam laboratórios em outras unidades devido à limitação de infraestrutura local. **2.3-** O Presidente da Sessão reconheceu a gravidade do quadro, atribuindo-o, em parte, às consequências de mais de uma década de contingenciamentos orçamentários. Relatou que a Reitoria atuou pela contratação emergencial da obra, mas que, por trâmites administrativos, a contratação só foi efetivada após o sinistro. Reafirmou o compromisso da gestão em buscar soluções dentro das possibilidades institucionais, exemplificando com esforços recentes na Escola de Educação Física. Solicitou à Conselheira Natália Trindade o envio, por e-mail, de minuta de moção a respeito, para tramitação no âmbito do Conselho. Agradeceu as manifestações, reforçou a importância dos debates e encerrou a Sessão. Não havendo mais informes ou relato de processos, a sessão foi encerrada às 12h41. Para constar, eu, Adriene Campelo do Amaral, Secretária do CEPG, lavrei a ata que, após aprovação, será assinada pelo Presidente da Sessão, Professor João Ramos Torres de Mello Neto, e por mim.



Documento assinado eletronicamente por **Adriene Campelo do Amaral, Chefe**, em 11/12/2025, às 11:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Joao Ramos Torres de Mello Neto, Pró-Reitor(a) de Pós-Graduação e Pesquisa**, em 11/12/2025, às 11:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.ufrj.br/autentica>, informando o código verificador **6181557** e o código CRC **E9F3FE10**.